



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**AMANDA DOS SANTOS SILVA FERRAZ
DANIELLA COSTA DE CARVALHO**

**INFÂNCIA(S) E EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM
OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2020-2021)**

**MACEIÓ
2021**

**AMANDA DOS SANTOS SILVA FERRAZ
DANIELLA COSTA DE CARVALHO**

**INFÂNCIA(S) E EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM
OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2020-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora referendada pelo Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU-UFAL), como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Cleriston Izidro dos Anjos

**MACEIÓ
2021**

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
EaD	Educação a Distância
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil
NCPI	Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SUS	Sistema Único de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 CRIANÇAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA	9
2.1 Efeitos da pandemia sobre a vida das crianças e famílias.....	9
2.2 Educação infantil em tempos de pandemia: papel, princípios, estrutura e implicações para o trabalho docente.....	14
3 ESTADO DA ARTE DAS DISCUSSÕES SOBRE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
APÊNDICES	31

INFÂNCIA(S) E EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2020-2021)

Amanda dos Santos Silva Ferraz
Universidade Federal de Alagoas
Curso de Pedagogia

<http://lattes.cnpq.br/8871706089247454>
<https://orcid.org/0000-0003-1624-9217>

Daniella Costa de Carvalho
Universidade Federal de Alagoas
Curso de Pedagogia

<http://lattes.cnpq.br/1446036065294417>
<https://orcid.org/0000-0003-1013-1824>

Cleriston Izidro dos Anjos
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Pedagogia

<http://lattes.cnpq.br/7481303031221773>
<https://orcid.org/0000-0003-1040-4909>

Resumo:

A pandemia ocasionada pela Covid-19, com registro de primeiro caso no Brasil no final do mês de fevereiro de 2020, fez com que o mundo passasse por uma reviravolta que afetou várias dimensões da vida cotidiana, no Brasil e no mundo. Medidas para conter a propagação do vírus foram tomadas e, dentre elas, se encontra a necessidade de isolamento físico, que também afetou o funcionamento das instituições educacionais, a vida das crianças e de suas famílias. Diante disso, surgiu a seguinte questão de pesquisa: que discussões e problemáticas têm sido apontadas quando se trata dos possíveis impactos da pandemia nos modos de vida das crianças desde bebês, de suas famílias e de seus/suas educadores/as? Posto isto, a pesquisa teve o intuito de mapear as produções acadêmicas sobre infância(s) e educação infantil em tempos de pandemia, publicadas no período entre março de 2020 e junho de 2021. Trata-se de uma investigação qualitativa realizada a partir de procedimentos metodológicos de mapeamento de pesquisas. Os resultados indicam que o período de isolamento físico tem trazido múltiplas consequências para as crianças desde bebês e suas famílias, devido a um complexo conjunto de fatores que envolvem o contexto de perda de direitos sociais e educacionais e, ainda, o modo por meio do qual a pandemia tem sido enfrentada no contexto brasileiro, o que tem ocasionado uma intensificação das desigualdades existentes na sociedade brasileira, especialmente quando analisamos a situação a partir dos marcadores da diferença: classe, gênero, raça e idade.

Palavras-chave: Docência. Educação Infantil. Covid-19. Famílias. Crianças.

Abstract:

The pandemic caused by Covid-19, with a record of the first case in Brazil at the end of February 2020, caused the world to go through a turnaround that affected several dimensions of daily life, in Brazil and worldwide. Measures to contain the spread of the virus were taken and, among them, is the need for physical isolation, which also affected the functioning of educational institutions, the lives of children and their families. Therefore, the following research question arose: what discussions and issues have been pointed out when it comes to the possible impacts of the pandemic on the ways of life of children from babies, their families and their educators? That said, the research aimed to map academic productions on childhood(s) and early childhood education in times of pandemic, published in the period between March 2020 and June 2021. This is a qualitative investigation carried out from procedures survey mapping methodologies. The results indicate that the period of physical isolation has brought multiple consequences for children from babies and their families, due to a complex set of factors that involve the context of loss of social and educational rights, and also the way in which the pandemic has been faced in the Brazilian context, which has caused an intensification of existing inequalities in Brazilian society, especially when we analyze the situation from the markers of difference: class, gender, race and age.

Keywords: Childhood. Child education. Covid-19. Families. Kids.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pela Covid-19 impactou a sociedade brasileira em diversos setores, haja vista que, para tentar controlar o contágio, foi necessário o isolamento físico. Inúmeros setores tiveram suas rotinas modificadas e, diante dessa situação, as atividades educacionais presenciais precisaram ser suspensas em grande parte do território brasileiro e mundial, e, em alguns contextos, foram propostas atividades emergenciais.

De acordo com o site DataSenado (BRASIL, 2020), em pesquisa realizada no mês de julho de 2020, a qual foi intitulada “Educação durante a pandemia”, aproximadamente 20 milhões de estudantes tiveram as atividades presenciais suspensas, “[...] o que representa 34,78% do total de estudantes matriculados na Educação Básica e Superior. Desses, cerca de 18 milhões estão na Educação Básica” (BRASIL, 2020, p. 3). Dessa maneira, podemos notar o problema imensurável que a pandemia trouxe para o contexto educacional, tendo em vista que em muitas instituições educacionais as atividades presenciais continuam suspensas. Esta constatação, porém, não se trata de um argumento para defender retorno presencial neste momento em que estamos vivendo, pois, este retorno precisa ser planejado, o que envolve vacina para todos e todas, bem como investimentos na formação

docente, na reestruturação dos espaços físicos das instituições, na organização de comitês intersetoriais nas redes educacionais e nas políticas integradas de educação e cuidado para as crianças pequenas desde bebês.

Neste cenário em que ainda não é possível o retorno de atividades presenciais, e para dar continuidade ao calendário letivo, uma parcela significativa das instituições educacionais – da Educação Básica ao Ensino Superior - especialmente da rede privada, tem realizado propostas de atividades educacionais não presenciais e, para denominá-las, tem sido comum a utilização de vocábulos tais como “ensino híbrido”, “ensino remoto” ou “interações remotas”, “ensino a distância”, dentre outras. Embora não seja o objetivo deste trabalho tratar especificamente sobre cada um destes vocábulos, considera-se importante registrar que eles estão relacionados a áreas e modalidades educacionais específicas, o que significa que existem múltiplas pesquisas e pesquisadores que se dedicam a estes estudos relacionados ao ensino híbrido e à educação a distância (EaD) e, portanto, é preciso tomar o cuidado de não banalizar esses vocábulos em respeito à produção acadêmica sobre o assunto. Diante disso, optamos por tratar essas atividades como atividades educacionais emergenciais, já que os contextos em que elas ocorrem estão relacionados a uma pandemia e nem sempre foram pensados considerando a produção existente sobre Ensino Híbrido e EaD.

No caso da Educação Infantil, em que se encontram matriculadas as crianças com idades entre 0 e 5 anos e 11 meses, estamos diante de um problema ainda mais complexo: por um lado, as instituições de Educação Infantil são importantes equipamentos da rede de educação e proteção das crianças desde bebês e, por outro, é preciso considerar os princípios e especificidades desta etapa da Educação Básica indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996).

Feitas tais considerações iniciais, apresentamos a pergunta que orienta nosso percurso reflexivo: *O que as produções acadêmicas têm indicado sobre a situação das crianças pequenas desde bebês e suas famílias, bem como sobre a Educação Infantil em tempos de pandemia?* A partir dessa pergunta, delineamos como objetivo investigar o estado das discussões e problemáticas sobre a situação das crianças e da Educação Infantil em tempos de pandemia, a partir das produções acadêmicas publicadas no período entre março de 2020 e junho de 2021.

Trata-se de uma investigação qualitativa realizada a partir de procedimentos metodológicos de mapeamento de produções acadêmicas. De acordo com Fiorentini, Passos e Lima (2016), usa-se o termo mapeamento para definir um processo sistematizado de levantamento e de descrição de informações contidas em investigações de um determinado campo de conhecimento e que abrange determinado lugar e recorte temporal. Nesse tipo de pesquisa, pode-se reunir, portanto, informações sobre as bases de dados consultadas, o período de publicação, o quantitativo de estudos, os autores e as autoras participantes das produções e, também, sobre os aspectos teórico-metodológicos e temáticas encontradas.

Para o mapeamento, foram considerados: o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a revista Zero-a-Seis (UFSC), as publicações e documentos da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, as seções RBE / Boletim Anped / Reuniões Científicas – Nacionais e Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, a seção biblioteca do Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB) e as publicações do Conselho Nacional de Educação (CNE). A pesquisa realizada em cada site ou plataforma se deu considerando os termos “Infância + educação infantil + pandemia” / “infância + covid-19” / “educação infantil + covid-19” / “infância + pandemia” / “educação infantil + pandemia”.

Para a seleção dos sites a serem considerados para o levantamento das produções (2020-2021), elencamos alguns critérios de inclusão. O Banco de Teses e Dissertações da CAPES e o site da ANPED foram adotados por considerarmos que eles são importantes fontes de consulta a respeito das produções acadêmicas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação. A revista Zero-a-Seis foi considerada pelo fato de se tratar da única revista brasileira, de que temos conhecimento, cujo foco e o escopo são especificamente voltados para a divulgação do conhecimento científica dos Estudos da Infância e da Educação Infantil. O site da ANFOPE foi utilizado como fonte de consulta por se tratar de uma associação nacional preocupada com a formação dos/as profissionais da Educação, assim como o MIEIB, por ser um movimento nacional em defesa da Educação Infantil.

Outrossim, as publicações do CNE também foram inclusas no levantamento por se tratar de um órgão colegiado vinculado ao Ministério da Educação – MEC, cujo objetivo é atuar na formulação e avaliação da política nacional de educação. As

reflexões a partir do levantamento foram realizadas considerando as seguintes categorias: i) impactos da pandemia na vida das crianças e de suas famílias; ii) impactos da pandemia para o trabalho docente na Educação Infantil; iii) impactos sobre os direitos sociais fundamentais; iv) ações de enfrentamento da pandemia considerando os direitos das crianças, das famílias e de educadores/as da educação infantil; vi) atuação dos movimentos sociais em defesa das crianças desde bebês.

No que se segue, apresentamos algumas reflexões sobre crianças, Educação Infantil e pandemia e, na sequência, apresentaremos nossas reflexões sobre o andamento das discussões sobre infância(s) e Educação Infantil na pandemia, considerando as produções acadêmicas do período entre março de 2020 e junho de 2021.

2 CRIANÇAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA

Para iniciarmos nossas reflexões, apresentamos uma breve discussão sobre os possíveis efeitos da pandemia na vida das crianças e de suas famílias. Essas reflexões nos parecem importantes na medida em que se constituem como pano de fundo para as reflexões sobre as produções acadêmicas que tratam de infância(s), Educação Infantil e pandemia.

2.1 Efeitos da pandemia sobre a vida das crianças e famílias

Para Costa (2021), o ambiente das instituições educacionais é uma conjuntura social no qual as crianças encontram diferentes pessoas e participam de outras vivências diversas daquelas vividas nos contextos familiares. Isso não significa que estas vivências sejam mais importantes que outras, mas são experiências distintas e com contribuições diversas, ou seja, envolve a relação de complementaridade entre escola e família, conforme apontado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No caso das contribuições da Educação Infantil, dentre elas, Costa (2021, p. 147) destaca que “Ao ingressar na Educação Infantil, o círculo relacional da criança se amplia consideravelmente, o que tem significativa importância no seu processo de desenvolvimento psicológico e social”.

A Educação Infantil deve ser entendida, portanto, como política pública social que visa o bem-estar e o pleno desenvolvimento das nossas crianças, garantindo

proteção, desenvolvimento dos sentidos, segurança alimentar, dentre outros direitos que são garantidos às crianças da primeira etapa da Educação Básica (SANTOS; CORREIA, 2021).

Os argumentos em favor da importância da EI não são consensuais e giram em torno de concepções distintas de infância e de criança, fruto de análises no campo da psicologia, da sociologia e da história. No âmbito da política educacional, medidas e ações anunciadas no âmbito do governo federal, que justificariam a formulação de políticas para a infância e sua educação, têm sofrido críticas severas do meio acadêmico, pois se fundamentam em uma perspectiva instrumentalista e escolarizante que persegue uma EI promotora de bons desempenhos educacionais nas etapas de ensino subsequentes (FERNANDES; GIMENES; DOMINGUES, 2017, p. 322-323).

Diante da pandemia e necessidade de paralisação das atividades presenciais nas creches e pré-escolas por tempo indeterminado, muitas mulheres e mães trabalhadoras, especialmente as mães solo¹, viram-se entre o trabalho e a necessidade de sustento da família e a responsabilidade sobre a vida das crianças pequenas desde bebês. Para ilustrar essa afirmação, podemos citar o caso do menino Miguel, criança de cinco anos que morreu por negligência da patroa da mãe do garoto que ficou responsável em cuidar do menino enquanto a empregada doméstica, mãe de Miguel, passeava com o cachorro da patroa. Este caso é ilustrativo da situação de desigualdade social em que vivemos, pois, essa mãe – mulher negra e trabalhadora – precisou levar o filho de 5 anos de idade para o trabalho por não ter com quem deixá-lo e porque precisava trabalhar na pandemia.

Além das diversas reflexões que o contexto pandêmico nos apresenta e escancara, estão as desigualdades sociais e a constante necessidade de estado de alerta pela garantia de direitos sociais e educacionais e, também, a importância das instituições, especialmente as públicas, como as escolas da infância e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Fernandes, Gimenes e Domingues (2017) afirmam que a Educação Infantil contribui na conciliação entre a vida doméstica e mercado de trabalho, sendo, portanto, um importante dever do Estado e um direito da criança e da família (BRASIL, 1996) e, destacamos, especialmente das mulheres trabalhadoras.

Os dados permitem afirmar que as políticas de EI são aliadas importantes no quadro das políticas sociais, uma vez que beneficiam as famílias mais pobres e favorecem o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, fato

¹ Mães solo é aqui utilizado para designar as mães que são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos, além de ter que conciliar trabalho e a garantia da parte financeira da família. Isso não está necessariamente relacionado ao estado civil da mulher, mas significa que esta mulher faz tudo sozinha, sem contar com o apoio do pai da criança.

já observado nas pesquisas (FERNANDES; GIMENES; DOMINGUES, 2017, p. 336).

Pereira (2021) nos assegura que após o isolamento que fechou por tempo indeterminado as instituições educacionais, o comércio e outros setores da sociedade, período o qual apenas setores considerados essenciais à manutenção humana estavam funcionando (farmácia, supermercados e afins), as famílias das crianças que trabalham ou trabalhavam, passaram a enfrentar um grande problema, pois não havia como deixar as crianças em casa sozinhas ou não tinham condições financeiras para contratar alguém para tomar conta delas durante a saída para seu trabalho.

[...] a presença de uma pandemia que assola o mundo, provocada pela COVID-19, amplia ainda mais as desigualdades sociais já tão presentes na nossa sociedade, marcada, só para citar algumas, pela desigualdade das condições de vida entre pobres e ricos, pelo racismo, machismo e adultocentrismo (COUTINHO; CARDOSO, 2021, p. 177).

Para muitas famílias este tem sido um período marcado por incertezas, desemprego e angústia, a julgar que o índice de pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza aumentaram durante a pandemia, sendo 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões de pessoas na extrema pobreza (JORNAL NACIONAL, 12/11/2020 – 22h03).

Dentre as consequências da crise sanitária acirraram-se as desigualdades e, por conseguinte, a pobreza. A queda na renda das famílias que viviam do trabalho informal ou de forma autônoma, sem vínculo empregatício, e a precarização do trabalho afetaram ainda mais as parcelas menos favorecidas da população (MACEDO, 2020, p. 1405).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (BRASIL, 2015), por meio do relatório “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, indica que 73,9 % das famílias brasileiras viviam com nenhum ou até um salário mínimo possuem filhos de até 4 anos de idade. Destaca-se o fato de que estamos tratando de dados de período anterior à pandemia, o que nos leva a crer que, se antes a situação das crianças brasileiras com idade inferior a 6 anos já era preocupante, com a pandemia e o aumento do desemprego no país, certamente o índice de crianças em situação de pobreza é ainda maior.

As circunstâncias em que nos encontramos devido ao período pandêmico e considerando a indiligência do Governo Federal em articular ações de contenção dos avanços da contaminação, assim como em propor medidas que contribuíssem para diminuir os impactos socioeconômicos no Brasil, levam-nos a considerar que o

impacto na vida das crianças e de suas famílias, bem como no trabalho da Educação Infantil, são imensuráveis.

[...] a suspensão do atendimento diário das crianças nas creches impacta a vida das famílias. Além destes elementos, sem atendimento nestas instituições, muitas crianças têm as condições necessárias para a manutenção de sua vida em risco, pela falta de uma alimentação diária equilibrada, pela permanência em ambientes insalubres, pela ampliação dos riscos a sua proteção, ficando mais suscetíveis a situações de violência (COUTINHO; CARDOSO, 2021, p. 177-179).

Coutinho e Cardoso (2021) afirmam ainda que, além da questão de gênero e poder econômico, existe a problemática da questão racial, haja vista que os desafios, sobretudo para as mulheres-mães-trabalhadoras negras, tem se apresentados de maneira mais intensa no período da pandemia, pois “[...] a maioria das mulheres que se ocupam sozinhas da provisão dos filhos e das filhas tem este pertencimento racial, assim como são elas que enfrentam os processos mais perversos de privação de renda” (COUTINHO; CARDOSO, 2021, p. 80).

Neste sentido, a pandemia reforça a necessidade de discussões de estudos interseccionais que contribuam para a compreensão dessa complexa realidade, bem como para subsidiar políticas de educação e cuidado das crianças pequenas desde bebês, incluindo suas famílias, especialmente das infâncias negras e pobres. Olhar para essa realidade de modo interseccional nos permite compreender que algumas pessoas, desde bebês, são vítimas de múltiplas discriminações diárias.

Conforme Bilge (2009, *apud* HIRATA, 2014), entende-se por interseccionalidade como uma teoria que nos aponta para um caminho transdisciplinar que compreende as diversas identidades que há em um ser e suas complexidades, assim como, igualmente, compreende complexidade das desigualdades sociais por meio de um ponto de vista integrado. Desta maneira, a Interseccionalidade

[...] refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, p. 63).

A interseccionalidade trata-se de uma das maneiras de enfrentamento das diversas formas de opressão as quais ocorrem diariamente na sociedade, desse modo, é um mecanismo político para os indivíduos que fazem parte dos grupos

minoritários que sofrem com a desigualdade e discriminação devido às suas identidades (HIRATA, 2014).

Desta maneira, uma mulher negra e desprovida de recursos financeiros tende a sofrer mais opressões sociais. Essa opressão social pode ocorrer por diversas vertentes, seja de modo explícito – violência doméstica, ataques raciais, xingamentos e agressões físicas – por questões de gênero e/ou racial, bem como de modo implícito (piadas com conteúdo misóginos e/ou racistas ou por meio do racismo recreativo², do não aceitação, da não ascensão ou o baixo salário comparado aos homens e mulheres brancas no mercado de trabalho), dentre outros meios de discriminação que há na nossa sociedade.

A pesquisa intitulada “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020), realizada durante os primeiros meses da pandemia no Brasil, indica que:

- i) 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, sendo que, destas, 52% são negras;
- ii) 72% das mulheres afirmaram a pandemia exigiu maior acompanhamento e supervisão de crianças, idosos e pessoas com deficiências;
- iii) 41% das mulheres que conseguiram se manter trabalhando com salários mantidos relatam que houve aumento considerável da carga de trabalho;
- iv) 40% das mulheres disseram que a pandemia colocou a sustentação da casa em risco, sendo que, destas, 55% são negras;
- v) 58% das mulheres desempregadas participantes da pesquisa eram negras;
- vi) 61% das participantes de projetos de economia solidária são mulheres negras;
- vii) 91% das mulheres responderam acreditar que houve aumento da violência doméstica no período pandêmico e 8,4% relataram experiências pessoais de violência doméstica.

² Moreira (2019, p. 95), afirma que “[...] o racismo recreativo é uma política cultural característica de uma sociedade que formulou uma narrativa específica sobre relações raciais entre negros e brancos: a transcendência racial. Esse discurso permite que pessoas brancas possam utilizar o humor para expressar sua hostilidade por minorias raciais e ainda assim afirmar que elas não são racistas, reproduzindo então a noção de que construímos uma moralidade pública baseada na cordialidade racial”.

O informe “Mulheres negras e covid-19”, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), indica que a pandemia é mais mortal entre pessoas negras³, pois se constituem como a maior força de trabalho empobrecida do Brasil, além do pouco acesso aos serviços de saneamento básico, saúde e segurança alimentar.

[...] A crise da pandemia acentua desigualdades de gênero e raça, em todas as dimensões da vida social. Considerando isso, a resposta imediata e os planos de recuperação a médio e longo prazos devem incluir tanto a coleta e análise de dados desagregados por raça/cor, quanto contemplar as necessidades específicas da população negra. A adoção de medidas preventivas, deve considerar as condições de vida desse grupo majoritário da população brasileira, contribuindo para a eliminação das desigualdades raciais (ONU, 2020, p. 1)

A dificuldade vivenciada pelas mulheres-mães-trabalhadoras durante a pandemia foi abordada na pesquisa desenvolvida por Coutinho e Cardoso (2021), intitulada “A educação e o cuidado dos bebês na pandemia: uma análise a partir das relações geracionais, raciais e de gênero. Nela, as autoras apresentam relatos de mães que tiveram dificuldades de conciliar o cuidado dos/as filhos/as com o mercado de trabalho.

São essas mães que, possuidoras de uma jornada dupla – uma de cuidar dos dependentes, outra de dar conta do trabalho exaustivo com diferentes funções –, contam muito pouco com as políticas públicas mínimas que lhe assegurem os direitos que devem ser garantidos por um Estado democrático (ALVES; CARMO; FRANCO, 2021, p. 213)

Posto isto, pode-se afirmar que, mesmo com todos os problemas que a educação precisa enfrentar, ela é fundamental para atenuar as mazelas sociais e nos efeitos da desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira.

2.2 Educação infantil em tempos de pandemia: papel, princípios, estrutura e implicações para o trabalho docente

No início de março de 2020, após a notícia do primeiro caso confirmado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020⁴, estados e municípios brasileiros elaboraram decretos e outros dispositivos com o intuito de enfrentar a disseminação do contágio

³ Pretas e pardas, conforme Sistema Único de Saúde (SUS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴ Para saber mais, acesse: “Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença”. Disponível: www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca. Acesso: 29/09/21.

ocasionado pela COVID-19, e no dia 20 de março de 2020, por meio do Decreto 6/2020 (BRASIL, 2020), reconheceu estado de calamidade pública.

No dia 1 de abril de 2020, o Governo Federal, por meio da Medida Provisória 934/2020, estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior, tendo em vista a Lei 13.970/2020 (BRASIL, 2020), que prevê medidas de enfrentamento da Covid-19, tal como, por exemplo, a necessidade de isolamento.

Na sequência, órgãos responsáveis pela educação também desenvolveram pareceres, resoluções e outros documentos na tentativa de minimizar os efeitos das suspensões das atividades presenciais e, conseqüentemente, resolver impasses, bem como nortear as ações das instituições educacionais, dos/das docentes e dos/das demais profissionais da educação.

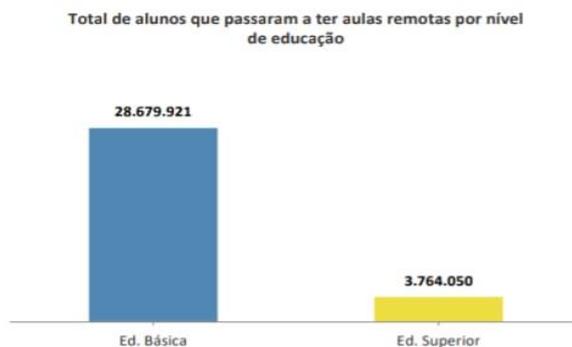
Diante dessa realidade, um cenário excepcional o qual vivemos, o Conselho Nacional de Educação, órgão ligado ao MEC, por meio do parecer CNE/CP número 5, de 28 de março de 2020, sugeriu que os estabelecimentos de Educação Infantil elaborassem orientações ou sugestões de atividades de cunho educativo, que as familiares pudessem desenvolver com as crianças em suas residências até persistir o isolamento físico. Vale lembrar, de acordo com Monteiro e Pereira (2020), dentre as maneiras que as crianças pequenas e bem pequenas aprendem e se desenvolvem, salienta-se que é por meio do brincar que isso ocorre de maneira mais intensa.

O Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância – NCPI, por meio do documento intitulado “Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil”, colocou outras preocupações importantes no que se refere às atividades suspensas e o conseqüente fechamento das instituições educacionais.

[...] fechamento de escolas e creches (que interrompe a convivência entre crianças), além do corte ao acesso de recursos que costumam ter nesses locais (pedagógicos, de alimentação e serviços sociais, entre outros), retira o “colchão psicológico” (o efeito buffer) que a educação infantil exerce na proteção contra um ambiente tenso, desestruturado e muitas vezes perigoso do núcleo familiar. (NCPI, 2020, p. 22)

Os dados do DataSenado (BRASIL, 2020), indicam os números de estudantes com atividades presenciais suspensas, conforme gráfico a seguir. Embora os dados da Educação Básica não estejam separados por etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – eles nos permitem reflexões a respeito do contexto vivido pela educação brasileira em tempos de pandemia.

Gráfico 1: Discentes com atividades presenciais suspensas devido à pandemia em 2020 em número absoluto



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado, (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o fato de que a rede pública possui ainda mais desafios, pois para a realização de atividades emergenciais e contato com as famílias, as instituições educacionais enfrentam diversas e duras realidades existentes pelo imenso território brasileiro em que a desigualdade social e econômica se fazem presentes, inclusive com a ausência de acesso à internet (BRASIL, 2020).

No caso específico da Educação Infantil, os desafios são ainda maiores:

Sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. As atividades, jogos, brincadeiras, conversas e histórias propostos devem ter sempre a intencionalidade de estimular novas aprendizagens. Neste sentido, as soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente (BRASIL, 2020, p. 9-10).

Em um contexto em que as atividades presenciais foram suspensas por tempo indeterminado, outros elementos são acrescentados em uma polêmica já existente no campo da Educação Infantil: o uso de tecnologias por crianças. Anjos (2015) destaca que dentre os que defendem e os que criticam o uso de tecnologias por crianças pequenas, a preocupação está muito mais centrada nas tecnologias digitais do que nas crianças. Para o autor, é preciso o aprofundamento de pesquisas que procurem analisar os interesses e as necessidades das crianças diante do uso das tecnologias digitais para, somente depois, se pensar se elas podem ou não contribuir com os processos de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento das crianças.

Mas como fazer em um contexto em que as atividades presenciais não podem acontecer na Educação Infantil, devido à pandemia? Anjos e Francisco (2021)

afirmam que é preciso considerar a brincadeira e as interações - eixos do currículo da Educação Infantil - os princípios éticos, políticos e estéticos, a relação família-escola e a legislação brasileira. Para os autores, propostas de atividades remotas ferem princípios e especificidades da Educação Infantil, dentre os quais o fato de que o conceito de interação, eixo do currículo da Educação Infantil, corresponde ao conceito de interação social, que pressupõe contato presencial com outras crianças e adultos. No entanto, o autor e a autora destacam que as tecnologias digitais podem ser úteis para a manutenção e fortalecimento de vínculos entre as famílias das crianças e as unidades educacionais. Nas palavras dos autores:

No contexto brasileiro, repleto de desigualdades, sabemos que, para algumas crianças que convivem diuturnamente com a fome, os maus tratos e outros problemas sociais, o não funcionamento presencial das instituições de Educação Infantil se constitui como um grande problema. No entanto, a solução para este problema não é tão simples, pois não se trata apenas de reabertura desses espaços educacionais, mas da necessidade de políticas integradas de atendimento e cuidado às infâncias [...], o que passa pelo entendimento de que as crianças pequenas são uma responsabilidade de toda a sociedade, conforme nos apontam inquietações feministas [...] (ANJOS; FRANCISCO, 2021, p. 137).

O Conselho Nacional da Educação, além de sugerir a elaboração de atividades educativas para que as famílias desenvolvam junto com as crianças, indicou que

Deve-se, ainda, admitir a possibilidade de tornar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. A escola, por sua vez, poderá definir a oferta do instrumento de resposta e feedback, caso julgue necessário. Essa possibilidade pode se configurar como algo viável e possível mesmo para a rede pública em todos ou em determinados municípios ou localidades, respeitadas suas realidades locais (BRASIL, 2020, p. 10).

Dado o exposto até o presente momento, passaremos a apresentar algumas reflexões sobre o andamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema.

3 ESTADO DA ARTE DAS DISCUSSÕES SOBRE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

A partir de março de 2020, pesquisadores/as preocupados/as com a vida das crianças, com seus direitos e de suas famílias, começam a se fazer uma série de questionamentos e indagações sobre como as crianças estão passando por esse momento pandêmico. Os trabalhos abordam a educação das crianças, as políticas de atendimento à primeira infância, os possíveis prejuízos que as crianças estão tendo, os direitos das crianças, o impacto da suspensão das atividades presenciais para as

famílias, a situação dos/as docentes da Educação Infantil, dentre outros pontos abordados por diversos/as autores/as durante este período pandêmico e suas consequências na primeira etapa da educação.

Para Canavieira (2021), houve um agravamento das desigualdades sociais durante a pandemia. Também afirma que a Educação Infantil e suas instituições são uma forma estratégica de combater essas desigualdades sociais. Para ela,

O contexto de isolamento físico torna visíveis desigualdades sociais das crianças pequenas desde bebês que frequentam creches e pré-escolas brasileiras e coloca em debate a função social dessas instituições, da docência e do currículo (CANAVIEIRA, 2021, p. 12).

Ainda no que se refere às desigualdades sociais, de gênero e raciais, Nunes (2021) afirma que as crianças também sofrem as consequências e violações perpetradas por estes mecanismos institucionais. Em seu artigo intitulado “A educação antirracista para a crianças pequenas: ideias para começar um novo mundo”, a autora buscou discutir temas que envolvem a primeira infância e a educação antirracista. Diante disso, apresentou algumas lutas e práticas diárias que podem contribuir para pensar sobre antirracismo como aliado das crianças pequenas.

Dentre as ideias para a construção de uma educação antirracista, Nunes (2021) discorre sobre a necessidade de admissão, por todos e todas nós, de que o racismo é algo presente em nossa sociedade; sobre o princípio fundamental da escuta sobre aquilo que as crianças negras têm a nos dizer; sobre a necessidade das crianças brancas perceberem as crianças negras como pessoas e sobre a importância de bonecas/os negras/os fazerem parte das interações e das brincadeiras de todas as crianças; além de evidenciar a necessidade de olhar para a educação das relações étnico-raciais como uma proposta que ensina-nos a viver juntos e em harmonia.

Para combater o racismo é necessário luta e conscientização constante e diária, repensar modos, meios pedagógicos, dentre outros fatores. Nesse sentido, Nogueira e Alves (2019) apresentam dez argumentos antirracistas a serem considerados na educação das crianças pequenas:

- Brincar como modelo irrecusável das relações humanas, com o meio ambiente e outras espécies de gente não humana (tais como cachorros, borboletas etc.);
- Visitar a sua própria cultura como se fosse estrangeira;
- Sonhar antes de dormir (ou aceitar que o milagre é inseparável do cotidiano do mistério de viver);
- Inventar práticas políticas antirracistas com os cotidianos (ou sempre assumir que o debate não produz resultados finais);
- Banhar a si e aos outros em águas respeitadas cantando canções alegres, tomar banho cantando canções alegres (em águas respeitadas);

- Assumir que o pensamento é sempre afetivo (ou escrever e desenhar nas paredes de casa);
- Comer frutas (ou criar uma lei obrigatória que faça adultos brincarem);
- Cuidar de jardins e hortas (ou criar a obrigatoriedade da ficção audiovisual ser negra, indígena e afro-pindorâmica);
- Reconhecer a branquitude como um perigo para todos vivos do planeta;
- Viajar por culturas que não sejam a sua própria (ou manter a virtude epistêmica da infância – polirracionalidade). (NOGUEIRA; ALVES, 2019, p. 19).

Conforme mencionado anteriormente, as desigualdades existentes na sociedade brasileira já existiam e, com a pandemia, acentuaram-se e tornaram-se ainda mais escancaradas. Nesse sentido, destacamos que:

É preciso olhar e cuidar das pessoas, pensar e agir na coletividade, mesmo à distância. É tempo de luta! Luta por tantos que sofrem com as desigualdades sociais, as injustiças, o racismo, a homofobia, o feminicídio e tantas outras formas de exclusão e violência que continuam e atingem meninos e meninas (SANTOS; SARAIVA, 2020, p. 1179).

Sobre as desigualdades de gênero, Tavares, Pessanha e Macedo (2021), afirmam que os

[...] desafios das camadas populares, fortemente agravado com a pandemia da covid-19, é a situação de mulheres, mães, trabalhadoras e chefes de famílias, as quais se encontram mais vulneráveis e expostas às situações de desigualdade social e econômica. Isso revela o agravante do recorte de gênero, que é altamente atingido por essas desigualdades, cuja concentração está nas periferias das regiões metropolitanas brasileiras. Um grande contingente dessas mulheres está centralizado em domicílios com presença de crianças pequenas, se constituindo, na maioria das vezes, como as principais e mais prováveis responsáveis pela renda familiar e pelo cuidado das crianças (TAVARES; PESSANHA; MACEDO, 2021, p. 79-80).

Franco e Soares (2020) e Macedo (2020) alertam-nos que um dos principais problemas, além do descaso que o chefe do Poder Executivo Federal vem tratando a pandemia e o modo como tem conduzido o combate à crise sanitária, é a desigualdade de classe. Sendo assim, as pessoas mais atingidas com o vírus e que chegam à morte são as pessoas mais vulneráveis socialmente, as que possuem menor poder aquisitivo, acesso a bons hospitais etc. Nas palavras das autoras:

[...] a desigualdade social é um grande obstáculo para o enfrentamento de crises sanitárias; logo, os mais atingidos são sempre os mais vulneráveis – crianças, mulheres e idosos - numa sociedade em que o fator econômico organiza o lugar dos desiguais, dificultando o acesso a direitos sociais básicos para melhoria das condições de vida da sociedade, em busca da igualdade social (FRANCO; SOARES, 2020, p. 1230).

Outra questão refere-se à possibilidade ou não de atividades não presenciais com as crianças, chamadas por determinados grupos de atividades remotas, e que preferimos denominar como atividades em contexto emergencial. Tavares, Pessanha

e Macedo (2021) afirmam que as creches e pré-escolas, junto com os/as docentes e as famílias das crianças, são essenciais para se pensar e possibilitar o pleno desenvolvimento das crianças, por meio do processo educativo. O artigo das pesquisadoras problematizou as consequências do isolamento físico na Educação Infantil, das crianças pequenas e bem pequenas pertencentes das classes sociais menos desfavorecidas que vivem nas periferias urbanas da cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. No trabalho, salientam sobre a problemática que surgiu referente a outras questões, como, por exemplo, a constatação de que a falta da Educação Infantil presencial impacta no cotidiano das famílias, principalmente para as mães-mulheres-trabalhadoras. Ademais, asseguram que a vulnerabilidade social tem aumentado durante este período de isolamento físico, haja vista que muitas famílias tiveram sua renda comprometida, pois não puderam ir trabalhar porque não tinham com quem deixar seus filhos e filhas.

Para alguns autores/as e pesquisadores/as, as atividades emergenciais possibilitaram o aumento das desigualdades socioeconômicas. Dias, Santos e Abreu (2021, p. 107) afirmam que as “[...] atividades não-presenciais para crianças, inclusive, para as da Educação Infantil, fez com que emergissem algumas dissonâncias, uma vez que alguns grupos de crianças ficaram em desvantagem diante desse novo contexto”.

Dentre os grupos em desvantagem na pandemia, encontram-se as crianças com TEA – Transtorno do Espectro Autista. Dias, Santos e Abreu (2021) discutem o impacto da pandemia nas vidas das crianças pequenas com TEA matriculadas em creches e pré-escolas, problematizando a ação educativa que visa o direito dessas crianças neste período pandêmico. Afirmam que a Educação Infantil inclusiva sempre enfrentou problemas e desafios, desde a formação do corpo docente à questão de infraestruturas das instituições escolares, contudo, o momento de isolamento físico que vivemos, segundo elas, é o momento de ressignificar de modo geral, porém destacam a importância de pensar e repensar na questão das práticas inclusivas para crianças que possuem TEA neste período de covid-19. E, nesse sentido, “[...] o planejamento e as relações entre a escola e família precisam ser mais efetivas de modo a propiciar a adequada orientação às famílias das crianças com TEA” (DIAS; SANTOS; ABREU, 2021, p. 107).

Sobre a problemática da Educação Infantil e as tecnologias digitais, Anjos e Francisco (2021), no artigo intitulado “Educação infantil e tecnologias digitais:

reflexões em tempos de pandemia”, afirmam que “as atividades remotas ferem os princípios e especificidades da Educação Infantil, por outro, em alguns contextos, as TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) podem se constituir como possíveis recursos de comunicação e manutenção de vínculos” (ANJOS, FRANCISCO, 2021, p. 141) entre as instituições e as crianças e suas famílias.

Na Educação Infantil, o uso de TDIC tem sido apontado com parcimônia, por se entender que o desenvolvimento integral da criança se dá a partir do uso e do domínio do próprio corpo, tendo o movimento como a expressão máxima da manifestação infantil nos primeiros anos de vida. No movimento via brincadeira, temos o exercício da mediação social que se dá no contato com outras crianças e consigo mesma, na constituição de um ser social. Neste sentido, são relevantes as relações e interações para a constituição infantil. Desta forma, o contato presencial precisa ser privilegiado, a fim de viabilizar a corporificação das aprendizagens por parte das crianças. (ANJOS; FRANCISCO, 2021, p. 128-129)

O autor e a autora afirmam ainda que as tecnologias digitais estão presentes no dia a dia de muitas crianças e de suas famílias, contudo, igualmente, enfatizam a exclusão social de muitas famílias e crianças que não possuem o acesso às tecnologias devido a questões econômicas. Não se trata, portanto, de proibir o uso das tecnologias digitais pelas crianças, mas de entender que elas podem estar disponíveis juntamente com outros artefatos culturais e experiências das crianças e, ainda, de considerar que a exclusão digital é uma forma de exclusão social (ANJOS, 2015); portanto, em um contexto de desigualdades, algumas crianças e famílias podem ficar ainda mais apartadas de todo o processo educativo.

No que se refere às políticas integradas ou intersetoriais para atendimento das crianças desde bebês e de suas famílias, Cruz *et al.* (2021) abordam sobre a necessidade desse planejamento e implementação, afirmando a necessidade do envolvimento e comprometimento em todos os níveis da federação (municipal, estadual e federal). Também enfatizam a necessidade de cuidados com as famílias das crianças, com os/as docentes e demais profissionais da educação.

Não se pode garantir a qualidade da Educação Infantil sem a consideração das peculiaridades dessa primeira etapa da educação básica, fortalecendo concepções fundamentais. Entre elas, ocupa lugar central o objetivo da Educação Infantil: a promoção do desenvolvimento integral da criança. A clareza quanto a esse propósito é importante para que a identidade desta etapa educacional seja reafirmada e as instituições possam realmente se constituir em espaços de educação e cuidado desses sujeitos (CRUZ *et al.*, 2021, p. 157).

Macedo (2020), por sua vez, discute as consequências da pandemia no desenvolvimento e vida das crianças sem o acesso às creches e pré-escolas. A autora

explorou as consequências geradas durante a pandemia da COVID-19, relacionando as questões de desigualdades existentes com a Educação infantil, apresentando “[...] como ponto de partida o contexto em que vivemos, refletem sobre a vida das crianças e a infância na sua relação de reciprocidade com a sociedade, de modo geral, para focalizar na sequência a sua educação, objetivos e perspectivas” (MACEDO, 2020, p. 1406). A autora realizou a pesquisa a partir de uma perspectiva da sociologia da infância, relacionando-se às crises capitalista e sanitária advindas do isolamento físico e as vivências deste período e seus impactos para as crianças e suas famílias.

O livro intitulado “O brincar em tempos de pandemia – COVID-19” (PAMILHO, 2021), organizado a partir de um grupo de trabalho com nome homônimo à obra, cujas reuniões iniciaram-se em julho de 2020, foi construído a partir de um questionário com foco nas famílias de crianças, disponibilizado pelo *Google Forms*, desde os primeiros meses da pandemia até dezembro de 2020. Tendo como objetivo a compreensão do brincar em tempos de pandemia nas 5 regiões do Brasil, a partir do conhecimento da percepção das famílias sobre o brincar em período de isolamento.

A obra “Educação infantil em tempos de pandemia” (SANTOS, 2021), escrita exclusivamente por mulheres, professoras e pesquisadoras, conta com 23 capítulos, nos quais as autoras abordam questões do período pandêmico como: políticas públicas e gestão da Educação Infantil durante a pandemia; a relação entre escola e família, crianças e diversidade; direitos garantidos e violados durante este período; e as narrativas da Educação Infantil durante a pandemia numa perspectiva das crianças, docentes, famílias e gestores. Em comum, os trabalhos, direta ou indiretamente, abordam a questão das desigualdades existentes na vida dos/as pequenos/as e bem pequenos/as, das suas famílias e de suas/seus educadoras/es.

Ribeiro (2021), em um capítulo de livro intitulado “Escuta às crianças da Educação Infantil em épocas de isolamento social e confinamento das infâncias”, aborda as possíveis consequências psicológicas e sentimentais que as crianças estão sofrendo neste período pandêmico, mais precisamente as consequências da falta das brincadeiras entre as crianças, como uma das consequências do isolamento físico ocasionado pela pandemia. A autora afirma que algumas crianças têm apresentado sentimentos e emoções negativas devido à ausência das brincadeiras. No trabalho, a estudiosa teve como intuito possibilitar as escutas das crianças durante o isolamento físico.

Ao ouvir as narrativas infantis, conclui-se que as crianças precisam ter espaços de escuta e de acolhida para reelaborar seus sentimentos dentro do atual contexto de isolamento social e ausência de física da escola. Além disso, constata-se que a escola é um essencial espaço de convívios prazerosos, interações diversas e brincadeiras. (RIBEIRO, 2021, p. 169)

Na mesma perspectiva, as autoras Soares, Canda e Chaves (2021) desenvolveram um trabalho com o intuito de escutar as crianças neste contexto pandêmico. No trabalho, levaram em consideração os aspectos sociais, psicológicos, culturais e econômicos, os quais interferem nas vivências das crianças e suas famílias, principalmente neste período em que as desigualdades têm se intensificado. O objetivo do trabalho foi entender o cotidiano das crianças numa relação direta entre educadora-pesquisadora e um grupo de crianças que possuem 4 anos de idade, sendo que o contato com as crianças ocorreu por meio de aplicativos tecnológicos.

É nesse sentido que o horizonte teórico-metodológico eleito para tal investigação parte do entendimento da criança como ser ativo, portador de direitos, produtor de culturas, protagonista da aprendizagem e sujeito de linguagem. Logo, a criança é sujeito de fala e de significação, capaz de repetir, opinar, efetuar escolhas e compartilhar entre os pares. (SOARES; CANDÁ; CHAVES, 2021, p. 177)

Os trabalhos de Ribeiro (2021) e de Soares, Canda e Chaves (2021) discutem a necessidade de escuta das crianças por parte das famílias e das/dos educadoras/es. Ribeiro (2021) realizou a escuta de 18 crianças com idades entre três anos e dez meses a cinco anos e dez meses, crianças as quais a autora possuía o contato telefônico dos pais, mães e/ou responsáveis pelas crianças. Salienta-se dizer que todas as crianças estavam regularmente matriculadas na Educação Infantil e são de instituições privadas. As escutas, por meio de registros gravados por pais, mães, avós e/ou tios, foram enviados via aplicativo *WhatsApp*.

A autora Ribeiro (2021), por meio da escuta das crianças, constatou que a maioria das crianças sente saudade dos amigos das instituições educacionais, seus colegas com quem brincavam e interagem diariamente. As crianças quando falavam sobre a saudade dos seus amigos e da instituição, falavam de maneira sentida, penosa devido à falta que sentiam. As escutas se deram por meio das perguntas que os responsáveis faziam às crianças, momento que registravam e enviavam para a pesquisadora.

Alves, Carmo e Franco (2021) também discutem as percepções das crianças e suas infâncias numa perspectiva de desigualdades, enfatizando a desigualdade racial.

O trabalho, intitulado “Percepção de crianças negras para além do contexto pandêmico da COVID-19: o que temos a aprender com isso” tem como objetivo analisar a percepção das crianças negras sobre o contexto vivenciado na pandemia da Covid-19. Os dados da pesquisa se deram por meio da escuta de crianças negras (pretas e pardas), com idade entre dois anos e seis meses a oito anos. Diante do peso do racismo desde a infância, as autoras afirmam que:

É nessa fase da vida que o indivíduo começa a construção de si, quando se torna crucial o conforto com o racismo que permeia todos os momentos na nossa vida em sociedade – nas músicas, nas brincadeiras, nas novelas, nos diálogos, nos desenhos e animações. É necessário uma permanente vigilância para não permitir que o racismo destrua a autoestima da criança negra. É imprescindível que os valores e o legado ancestrais as fortaleçam forneçam “armas” de combate a estereótipos raciais (ALVES; CARMO; FRANCO, 2021, p. 111-112).

Vários são os trabalhos que foram desenvolvidos até o momento sobre educação infantil, infâncias e o impacto da Covid-19 nas vidas das crianças, dos seus familiares e professores/as. Cada estudo tem sua importância, necessidade e direcionamento, contudo, todos visam o bem-estar social e o pleno desenvolvimento das crianças, as quais são o presente e futuro da sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos inúmeros trabalhos existentes sobre a Educação Infantil e as consequências do isolamento físico na vida das crianças, seus familiares e seus educadores/as, foi realizado um levantamento que possibilitou a compreensão da realidade das crianças pequenas e bem pequenas, a dificuldades que muitas sofrem devido às desigualdades existentes, as quais foram intensificadas no decorrer da pandemia, principalmente a questão econômica, tendo em vista que muitos membros de famílias, principalmente as mulheres-mães-trabalhadoras, devido à falta creches e pré-escolas, tiveram que abandonar seu trabalho para cuidar de seus pequenos.

No que se refere às famílias, principalmente as mulheres-mães-trabalhadoras, destaca-se que estas têm tido ou tiveram problemas no mercado de trabalho, pois não possuem redes de apoio, assim, tendo que deixar de trabalhar. Consequentemente, essas famílias têm tido uma queda na renda familiar, comprometendo, portanto, a subsistência da família. Essa questão econômica tem sido agravada devido ao descaso com o qual o gestor máximo do país tratou a pandemia, não incentivando o isolamento físico que poderia minimizar o contágio, dentre outras medidas que

poderiam ter sido tomadas. Destas medidas, a única que pode ser considerada como uma tentativa de amenizar os danos da pandemia e da crise vivida no país, foi a criação do auxílio emergencial, embora o valor seja muito aquém do que o necessário para manter uma família com dignidade. Inicialmente, o auxílio anunciado foi de apenas 200 reais mensais, mas o Congresso Nacional aprovou o valor de 600 reais e, para as mães solo, o valor de 1.200 reais (RODRIGUES, 2020). Sabemos que não é o suficiente para a manutenção de uma família, em especial com os aumentos de produtos alimentícios, o valor do botijão de gás de cozinha, da energia elétrica, dentre outros custos. Salienta-se dizer que esses valores do auxílio emergencial foram no início da pandemia e duraram apenas 4 meses, sendo reduzidos, drasticamente, após esse período.

Diante dessas circunstâncias, ocasionadas pela Covid-19, as desigualdades existentes têm crescido de maneira vertiginosa, seja numa perspectiva social/classe, econômica, cultural, educacional ou racial. Professoras(es) e pesquisadoras(es) sobre Infância(s) e Educação Infantil têm se debruçado para compreender as diversas problemáticas ocasionadas pela pandemia até o dado momento, com destaque para as seguintes temáticas: a) Crianças e pandemia, b) Trabalho docente e c) Relação família-escola.

As crianças têm sofrido muito em diversos aspectos com a pandemia, seja porque não estão tendo seu desenvolvimento integral acompanhado presencialmente por um/a docente, seja porque não estão tendo a interação, o contato com outros ciclos diversos do familiar, pois esses ciclos de convivência contribuí com a formação das crianças, visto que trata-se do momento de socializar e, conseqüentemente, aprender junto e brincando.

Também é preciso uma reflexão sobre as condições de trabalho docente dos/as profissionais da Educação Infantil que vêm, dia após dia, sofrendo o impacto do isolamento físico e da ausência de condições estruturais e materiais para, de algum modo, estarem em contato com as famílias das crianças pequenas.

Diante da pandemia, nota-se a importância da relação família-escola para o pleno desenvolvimento da criança, por isso a necessidade do contato frequente entre escola e familiares. A família deve participar ativamente na convivência das crianças na escola, para acompanhar e, acima de tudo, participar do seu desenvolvimento integral, e, em caso como este, estar preparada para tecer experiências significativas com as crianças.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A.; CARMO, E. F. B. M.; FRANCO, N. H. R. Percepção de crianças negras para além do contexto da pandemia da COVID-19: o que temos a aprender com isso. *In*: SANTOS, M. O. (Org.). **Educação infantil em tempos de pandemia**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 207-222.
- ANJOS, C. I.; FRANCISCO, D. J. Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 125-146, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79007>. Acesso em: 10 de maio 2021.
- BARBOZA, V. O papel do coordenador pedagógico e da gerência de Educação Infantil no contexto da pandemia da COVID-19. *In*: SANTOS, M. O. (Org.). **Educação infantil em tempos de pandemia**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 155-171.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **Nota técnica nº 17, de 02 de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/links/04052020_NT_n172020_A_reorganizacao_do_calendario_escolar_2020.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto legislativo nº 6, de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 21 de março de 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 de março de 2021.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Relatório Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade. 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2021.
- BRASIL. Planalto. **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 20 de março de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Rossieli+Soares+da+Silva&aq=chrome..69i57j46j0l4j0i22i30l3.286j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979compilado.htm>. Acesso em: 20 de março de 2021.

BRASIL. Instituto DataSenado: Senado Federal. Pesquisa: **Educação durante a pandemia**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=rca-de-20-milhoes-de-brasileiros-tiveram-aulas-suspensas-em-julho-de-2020>>. Acesso em: 05 de março de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Conselho nacional de educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5, de 28 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/links/04042020_Parecer_CNE_CP_5_2020.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2021.

CANAVIEIRA, F. O. Formação humana e o sentido da vida: Quais pedagogias? **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 175-194, 2021. Disponível em: 28 de junho de 2021.

COSTA, A. C. Relação família-escola na Educação Infantil: reflexão em tempos de pandemia. *In*: SANTOS, M. O. (Org.). **Educação infantil em tempos de pandemia**. 1ed.Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 145-154.

COUTINHO, Â. S.; CARDOSO, C. A educação e o cuidado dos bebês na pandemia: uma análise a partir das relações geracionais, raciais e de gênero. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 175-194, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79001>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A.; CRUZ, R. C. A. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 147-174, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79003/45379>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

DIAS, A. A.; SANTOS, I. S.; ABREU, A. R. P. Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 101-124, 2021. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/79005>>. Disponível em: 12 de julho de 2021.

FERNANDES, F. S.; GIMENES, N.; DOMINGUES, J. R. Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida. **CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO)**, v. 47, p. 320-341, 2017.

FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas. Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil / São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

FIORENTINI, D.; BRANCAGLION, C. L. P.; LIMA, R. C. R. L. (Org.). **Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina matemática: período 2001 – 2012**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2016. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pagina_basica/58/e-book-mapeamento-pesquisa-pem.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

FRANCO, N. H. R.; SOARES, Maria P. F. “Um jeito negro de ser e viver”: (re) inventando a vida no contexto da pandemia da covid-19 o que dizem as crianças negras e suas mães. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 22, p. 1230-1254, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/78491>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

GÊNERO E NÚMERO. SOF. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório de Pesquisa. Gênero e Número / Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/> Acesso: 25/08/2021.

GOMES, L. V. *et al.* **O brincar em tempos de pandemia** [livro eletrônico]. (Org.). POMILHO, S. S. São Paulo: Associação Brasileira de Brinquedotecas; Gênio Criador, 2021. 168 p.

HADDAD, L. Políticas integradas de Educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza. **Jornal nacional, G1**. 12/11/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/ibge-brasil-tem-quase-52-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-e-13-milhoes-na-extrema-pobreza.ghtml>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

MACEDO, E. E. Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 22, p. 1404-1419, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1404>. Acesso: 24 de julho de 2021.

MELLO, A. M.; NEGREIROS, F.; ANJOS, C. I. (Orgs.). **Caderno de Direitos - Retorno à creche e à escola: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os**. Piauí: EDUFPI / FRENTE NORDESTE CRIANÇA, 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Caderno_Direitos_-_EDULPI_com_ISBN20200725103619.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2021.

MONTEIRO, S. S.; PEREIRA, R. D. R. Desafios e possibilidades em tempos de pandemia: pensando o acolhimento no contexto da educação infantil. **Revista de ciências humanas ufv**, v. 20, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/10997>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

MOREIRA, A. J. **Racismo Recreativo**. 2. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019. v. 1. 223 p.

NOGUERA, R.; ALVES, L. P. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

Núcleo ciência pela infância. **Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil** [livro eletrônico] / Alicia Matijaevich Manitto... [et al.]; tradução de Melissa Harkin – São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020.

NUNES, M. D. F. Educação antirracista para crianças pequenas: ideias para começar um novo mundo. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 58-76, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/issue/view/3163>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES. **Mulheres negras e covid-19**. v.2, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

PEREIRA, F. H. Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 291-315, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78977/45385>>. Acesso em: 15 de abril 2021.

RODRIGUES, L. **Câmara aprova 'coronavoucher' de R\$ 600; mães 'solo' poderão ganhar R\$ 1.200**. CNN, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/03/27/camara-aprova-coronavoucher-de-r-600-maes-solo-poderao-ganhar-r-1200>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

SANTOS, M. O. (Org.). **Educação Infantil em tempos de pandemia**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 305.

SANTOS, J. B.; CORREIA, M. A. A. Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 23, p. 195-220, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79038>>. Acesso em: 14 de maio.

SANTOS, S. E.; SARAIVA, M. R. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 22, p. 1177-1187, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78765>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

SILVANNE, R. Escuta às crianças da Educação Infantil em épocas de isolamento social e confinamentos das infâncias. *In*: SANTOS, M. O. (Org.). **Educação infantil em tempos de pandemia**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 155-171.

SOARES, L. F.; CANDA, C. N.; CHAVES, M. M. Pra não dizer que não falei das flores: escuta de crianças no contexto da pandemia da COVID-19. *In*: SANTOS, M. O. (Org.). **Educação infantil em tempos de pandemia**. 1ed.Salvador: Edufba, 2021, v. 1, p. 173-188.

TAVARES, M. T. G.; PESSANHA, F. N. L.; MACEDO, N. A. Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Gonçalo/RJ. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis v. 23, p. 77-100, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/issue/view/3163>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

TELES, M. A. A. T.; SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. F. (Orgs.). **Por que a creche é uma luta de mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são responsabilidade de toda a sociedade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

GÊNERO E NÚMERO. SOF. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório de Pesquisa. Gênero e Número / Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/> Acesso: 25/08/2021

APÊNDICES

Apêndice 1 – Produções acadêmicas sobre Infâncias e Educação Infantil

Levantamento de trabalhos – Atualizado em: 29 de julho de 2021		
Referência	Síntese do trabalho	Observações
<p>DESGUALDO, PAULA SEMERDJIAN. "Quando a gente podia sair de casa": A cidade na voz das crianças em período de distanciamento social. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Catarina, 2020. f.</p> <p>Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10222236>. Acesso em:</p>	<p>Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como foco as narrativas e representações de um grupo de crianças sobre a cidade de Florianópolis. O objetivo principal é refletir sobre a produção cultural com crianças, a partir de práticas de criação imaginativa em relação à cidade onde vivem. A entrada no campo se deu durante a crise sanitária e política de 2020, desencadeada pela pandemia de covid-19. Durante um mês, foram realizadas atividades à distância via grupo de whatsapp e zoom, como forma de se adaptar ao contexto de distanciamento social que se apresentou no percurso. Utilizou-se, assim, uma variedade de métodos de pesquisa e produção de dados: vídeo, desenho, história, maquete, reuniões em grupo e entrevistas individuais semi-estruturadas.</p>	<p>O trabalho completo não estava publicado quando feito o levantamento.</p>
<p>CRUZ, Sílvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 147-174, 2021.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79003/45379. Acesso em: 09 de maio de 2021.</p>	<p>O trabalho apresenta elementos referente às exigências postas à Educação Infantil devido a pandemia. São evidenciadas demandas de maior coordenação e comprometimento entre as gestões dos níveis municipal, estadual e federal e de colaboração intersectorial envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde, entre outros setores. Diante da clareza sobre a identidade da Educação Infantil, as autoras defendem que deve haver diálogo com outras áreas e contribuir para a qualidade da educação de bebês, crianças bem pequenas e pequenas, garantindo os direitos desses sujeitos, de suas famílias e dos profissionais.</p>	
<p>ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, DEISE JULIANA. Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 125-146, 2021.</p>	<p>Diante as circunstâncias que a pandemia tem gerado, os autores apresentam as preocupações que causam risco à educação infantil, dentre elas, os autores enfatizam o acesso das crianças às tecnologias digitais no contexto das instituições educacionais, bem como fora desse</p>	

<p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79007. Acesso em: 10 de maio 2021.</p>	<p>contexto. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral problematizar a recomendação para o uso das tecnologias digitais na primeira etapa da educação brasileira, qual seja, a educação infantil. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter exploratória que inclui textos legais e manuais orientadores sobre Educação Infantil e COVID-19.</p>	
<p>COUTINHO, ÂNGELA SCALABRIN; CARDOSO, CINTIA. A educação e o cuidado dos bebês na pandemia: uma análise a partir das relações geracionais, raciais e de gênero. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 175-194, 2021.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79001. Acesso em: 15 de maio de 2021.</p>	<p>As autoras do trabalho apresentaram questões sobre a educação infantil numa perspectiva teórica interdisciplinar, apresentando a educação das relações étnico-raciais, dos estudos de gênero, especialmente os feministas, e dos estudos sociais da infância. As autoras realizaram entrevistas com mulheres negras que têm seus bebês em uma creche pública. A partir da análise dos dados, indica-se que os fatores de desigualdade que marcam o acesso dos bebês à creche já estavam presentes desde antes a pandemia.</p> <p>O objetivo geral do artigo foi discutir a educação e o cuidado dos bebês no período da pandemia da COVID-19 tomando como referência as categorias raça, geração e gênero. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-quali, a qual explora os dados estatísticos sobre o acesso dos bebês à creche e sobre as condições de vida das mulheres com filhos/as.</p>	
<p>SANTOS, Joedson Brito dos; CORREIA, Maria Aparecida Antero. Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 195-220, 2021.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79038. Acesso em: 14 de maio</p>	<p>Os autores, diante do fechamento das creches e das pré-escolas e toda consequência ocasionada pela pandemia, relatam que as decisões do poder público ou a ausência delas incidem diretamente sobre o modo como a sociedade convive com a pandemia, com a ausência do atendimento na educação Infantil, bem como com o surgimento de desafios quanto à estrutura, à manutenção e à própria concepção de educação infantil, constituída no decorrer da história. Diante disso, objetivo do estudo, foi investigar como o Brasil e a Itália pensaram a educação infantil, quais decisões foram tomadas, assim como quais os impactos, os limites, as possibilidades e os desafios para educação infantil.</p>	

	A abordagem da pesquisa foi documental.	
<p>GOMES, Elisabete X. Pedagogia da presença na formação de educadoras/es de infância: perspectivas sobre as suas (im)potências no âmbito da pandemia ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 195-220, 2021.</p> <p>Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79039>. Acesso em: 13 de abril 2021.</p>	<p>A autora, a partir do lugar ambíguo da educação de infância no sistema educativo português, enfatizou as questões emergentes e ao seu impacto na vivência da pedagogia do ensino superior e às potencialidades do que se faz e do que escolhe não fazer na formação inicial. Enfatizando a experiência de ensino não presencial, com especial ênfase na resposta dada aos estágios curriculares previstos para o 2º semestre de 2019/2020.</p> <p>O artigo propôs discutir um conjunto de ideias em torno da formação inicial de educadoras/es de infância que se tornaram especialmente visíveis no contexto da pandemia provocada pela doença Covid-19.</p>	
<p>PEREIRA, FÁBIO HOFFMANN. Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 291-315, 2021.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78977/45385>. Acesso em: 15 de abril 2021.</p>	<p>Diante o fechamento das instituições de Educação Infantil, o autor relata que foram necessárias outras formas de articulação para realizações dos fóruns. Para o autor, das ações divulgadas via redes sociais e plataformas, chamam a atenção a transmissão de debates com convidadas e convidados, no formato de "lives". Entre as lives realizadas e as discussões aparecem com mais ênfase a discussão referente o trabalho docente exercido de forma remota e as perspectivas e protocolos para reabertura cuidadosa das instituições, ligadas diretamente à emergência.</p> <p>A pesquisa possui caráter exploratória resultante de um levantamento da divulgação da atuação dos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil no período de 15 de março a 30 de junho de 2020. O levantamento realizado objetivou agrupar informações das páginas e perfis dos fóruns em blogs, sites oficiais, Facebook e Instagram.</p>	
<p>BARBOSA, IVONE GARCIA; SOARES, MARCOS ANTÔNIO. Educação infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um -novo normal-?. ZERO-A-SEIS</p>	<p>No decorrer do artigo, os autores enfatizam pensamentos referente à pobreza infantil, categoria analítica que amplia o olhar sobre a criança e sua condição de existência numa sociedade capitalista, cuja política neoliberal tem estreitado os</p>	

<p>(FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 35-57, 2021.</p> <p>Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79044>. Acesso em: 29 de março de 2021.</p>	<p>horizontes de direitos e, conseqüentemente, acirrando as contradições e a luta de classes.</p> <p>O artigo tem como objetivo apresentar estudos e reflexões sobre essa questão, considerando seus contornos e conseqüências para a educação de crianças de até seis anos de idade, assinalando expectativas sobre a ação de famílias e dos profissionais da educação infantil no processo de isolamento social.</p> <p>O trabalho teve como base o método dialético e investigação documental e bibliográfica.</p>	
<p>SILVEIRA, Juliano. O teletrabalho coletivo durante a pandemia da covid-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 316-332, 2021.</p> <p>Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/76802>. Acesso em: 17 de abril de 2021.</p>	<p>O autor, numa perspectiva empírica, por meio de um relato de experiência, relata as especificidades da educação infantil e do teletrabalho neste período, apresentando as ações na manutenção de aproximação com as crianças e suas famílias, através das tecnologias digitais de informação e comunicação. O trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de determinado grupo de professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.</p>	
<p>IZIDRO DOS ANJOS, CLERISTON; HOFFMANN PEREIRA, FÁBIO. Educação infantil em tempos de pandemia: outros desafios para os direitos, as políticas e as pedagogias das infâncias. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 23, p. 3-20, 2021.</p> <p>Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79179/45389>. Acesso em: 18 de maio de 2021.</p>	<p>Os autores fizeram a apresentação do dossiê especial intitulado “Educação infantil em tempos de pandemia”. Além de fazer as devidas apresentações dos trabalhos que compõe o dossiê, fazem contribuições sobre a educação infantil e este período pandêmico e suas conseqüências na vida das crianças e suas famílias, bem como dos profissionais da educação, principalmente os/as docentes. No decorrer da apresentação, trazem discussões referente a negropolítica e o desprezo pelos mais pobres, isto é, apresentam uma discussão socioeconômica que se intensificaram durante este período de isolamento social. Relataram a discussão de grupos que defendem o teletrabalho com o vínculo entre famílias e instituições educacionais.</p>	
<p>BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacher. Um olhar para o(s) corpos(s) das crianças em tempos de Pandemia. ZERO-</p>	<p>As autoras, levando em consideração a criança como sujeito de direitos, problematizam no texto a segurança ou a falta dela dos direitos,</p>	

<p>A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 22, p. 1420-1445-1445, 2020.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78165. Acesso em: 08 de abril de 2021.</p>	<p>considerando a categoria infância em suas múltiplas determinações, quais sejam, social, política, econômica, histórica e cultural. As autoras fazem a discussão dos impactos gerados pelo isolamento social sobre as crianças, devido a suspensão das atividades presenciais nas creches e pré-escolas. Igualmente, relatam sobre as problemáticas às crianças, em suas dinâmicas de interações. O texto tem como intuito, apresentar uma discussão sobre as relações entre infância, crianças e corpo(s) em tempos de pandemia. Tendo como método, ensaio bibliográfico.</p>	
<p>MACEDO, ELINA ELIAS DE. Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 22, p. 1404-1419, 2020.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/77746 >. Acesso em: 26 de maio de 2021.</p>	<p>A autora discute os impactos do isolamento social, conseqüentemente, o fechamento das instituições de ensino, na vida e educação das crianças pequenas. Igualmente, expõe a questão das infâncias no plural por entender que, para além da diversidade presente em nosso país, há também diferentes focos de análise sobre este grupo social, afirmando que a infância é uma categoria social que está sendo mais afetada, inicialmente pela crise do capital, que foi agravada pela crise sanitária que nos assola até o dado momento. Agravou devido ao isolamento social e, por consequência, do aumento de desemprego, baixou a renda familiar e precarizou o trabalho, assim, dificultando a vida dos brasileiros e brasileiras e suas famílias, tanto social como economicamente.</p>	
<p>MONTEIRO, S. S.; PEREIRA, Raquel Dutra Rinco. Desafios e possibilidades em tempos de pandemia: pensando o acolhimento no contexto da educação infantil. Revista de ciências humanas ufv, v. 20, p. 1-17, 2020.</p> <p>Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/10997. Acesso em: 09 de abril de 2021.</p>	<p>Por meio de uma concepção de acolhimento enquanto um processo, as autoras argumentam favoravelmente que as ações para sua efetivação não deve ser um planejamento para um futuro incerto, quando do retorno das atividades presenciais em período de pandemia, mas sim devem ter lugar desde agora, nas condições que as crianças, suas famílias e os profissionais estão vivendo. Diante dessas circunstâncias, o texto tem como finalidade, analisar documentos governamentais e não governamentais sobre as crianças e a Educação Infantil, verificando as pautas que têm sido propostas como</p>	

	<p>atuação para os profissionais da educação para atendimento às mesmas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que possui como técnica a análise documental de documentos governamentais e não governamentais e bibliográfica.</p>	
<p>SAVIANI, D.; Galvão, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (BRASÍLIA), v. 67, p. 36-49, 2021.</p> <p>Disponível em: <file:///C:/Users/elisi/Downloads/A%20fal%C3%A1cia%20do%20e%20nsino%20remoto%20Saviani%20e%20Galv%C3%A3o%202021%20(2).pdf>. Acesso em: 20 de março de 2021.</p>	<p>Diante das atividades emergenciais, as autoras trazem a realidade da exclusão de milhares de estudantes, haja vista que muito não tem acesso à internet ou ao aparelho que possibilite assistir aulas. As autoras buscaram apresentar a inviabilidade de uma educação de qualidade via aula remota e elencam algumas hipóteses que poderiam ter sido implementadas durante o período pandêmico. Afirmam que, devido ao caos que nos encontramos, a sociedade precisa comprometer e lutar por uma educação de qualidade e resistir aos ataques que vem sofrendo antes mesmo da pandemia. O objetivo do trabalho, de modo geral, é discutir as implicações pedagógicas das atividades emergenciais e sinalizar que o discurso de adesão por falta de alternativa é falacioso.</p>	
<p>Boletins ANFOPE – Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação.</p> <p>Disponível em: <http://www.anfope.org.br/boletins/>. Acesso em: 10 de abril de 2021.</p>	<p>Boletim 2021 n.1; Boletim 2020 n.7; Boletim 2020 n.6; Boletim 2020 n.5</p>	<p>Não foi discutido nada referente ao impacto da pandemia na educação para os alunos ou alunas, bem como para os/as docentes. Foi mais justificativas sobre a não realização presencial de algumas atividades, que foram realizadas por meio do Youtuber da Associação, como, por exemplo, a assembleia geral.</p>
<p>BOLETIM ANFOPE n.4, v.30, 13 Julho de 2020.</p> <p>Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/07/BOLETIM-04-2020-ANFOPE-.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.</p>	<p>Foi realizado a discussão sobre o retorno às atividades presenciais com questões relativas à desresponsabilização dos governos no combate ao Covid-19 e a adoção de medidas de flexibilização do isolamento social, que aumentam os riscos de disseminação do vírus, ameaçando as vidas de profissionais da educação e dos estudantes e suas famílias.</p> <p>A ANFOPE, por meio do Boletim n. 4, afirma sua persistência no movimento de resistência ao desmonte das políticas educacionais, e destaca a</p>	

	<p>mobilização nacional, encampada pelo Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE, pela aprovação do novo Fundeb permanente pelo Congresso Nacional. A professora Jane Paiva, levantou a discussão sobre o retorno das aulas do EJA.</p>	
<p>BOLETIM ANFOPE n.3, v.30, 15 Junho 2020. Mobilização nacional pelo #AdiaENEM conquista vitória Pandemia do covid-19, ensino remoto e o protagonismo estudantil ANFOPE nacional tem canal no Youtube e Instagram</p> <p>Disponível em: < http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/06/BOLETIM-03-2020-ANFOPE-1.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2021.</p>	<p>Foi abordado, neste boletim, a questão do impacto social da pandemia e, principalmente no que tange as mortes da época. Mas a discussão central foi a questão da realização do enem 2020, que o governo federal queria manter para o ano passado, porém houve a prorrogação.</p> <p>Também foi discutido, pela professora Edileuza Fernandes Silva, da Universidade Federal de Brasília, a pandemia do covid-19, atividades emergenciais e o protagonismo estudantil.</p>	
<p>BOLETIM ANFOPE n.2, v.30, 27 Abril 2020. Ou isto ou aquilo: economia e ensino ou saúde e educação Sobre a Consulta Pública do CNE: Notas, posicionamentos e contribuição DF: A gestão da educação direcionada sem os professores Sobre ações emergenciais, desigualdades e atividades remotas O Conto de Fadas da EaD na Pandemia</p> <p>Disponível em: < http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/04/BOLETIM-02-2020-ANFOPE.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2021.</p>	<p>Como estava no início do isolamento social, a discussão se concentrou nas recomendações da OMS no combate ao contágio do COVID-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais por substituição das atividades emergenciais.</p>	
<p>Anais de eventos ANFOPE.</p> <p>Disponível em: < http://www.anfope.org.br/anais/> . Acesso em: 12 de abril de 2021.</p>		<p>Não há nenhum anais do ano de 2020 ou de 2021, assim, não há publicação que discuta a questão da pandemia e a educação.</p>
<p>Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd</p> <p>Disponível em: https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional. Acesso em: 20 de abril de 2021.</p>		<p>Não há novas publicações nos anais ANPEd, o último anais que foi publicado no ano de 2017.</p>

<p>Boletim ANPED - abril de 2020 Disponível em: https://www.anped.org.br/boletim/55/2020/04-0>. Acesso em: 20 de abril de 2021.</p>	<p>O boletim da ANPED de abril de 2020 apresenta os desafios no enfrentamento da pandemia e o desmonte da ciência e tecnologia, por meio de lives e afins.</p>	<p>Foi o único boletim que discutiu a questão da pandemia e educação.</p>
<p>Súmulas de Pareceres – 2021 do Conselho Nacional de Educação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=90851>. Acesso em: 25 de abril de 2021.</p>		<p>Não há súmulas voltadas à educação infantil e a pandemia no ano de 2021.</p>
<p>SÚMULA DO PARECER CNE/CP 9/2020 do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147091-sum006-20-parecer-cp-9-2020&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 de abril de 2021.</p>	<p>O Parecer CNE/CP nº 5/2020, analisada pelo pleno, tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.</p>	
<p>Movimento Interfóruns de Educação Infantil. CARTA-MANIFESTO DO FÓRUM ALAGOANO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL “Interações remotas”? Educação Infantil e práticas pedagógicas na pandemia Disponível em: <https://www.mieib.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CARTA-MANIFESTO-DO-FADEDI-JUNHO-2021.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2021.</p>	<p>O Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil se posicionou diante de ações e posturas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió que denunciam uma compreensão equivocada acerca das especificidades da primeira etapa da Educação Básica. A Secretaria insistia em realizar ações voltadas para as atividades emergenciais. Contudo, o Fórum alagoano ratificou o entendimento dos eixos das práticas pedagógicas que defendem, os quais sejam: as interações e as brincadeiras, como sugeridos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.</p>	
<p>Movimento Interfóruns de Educação Infantil. Mapeamento nacional das ações das secretarias e conselhos de educação no período da pandemia de covid-19. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/wp-content/uploads/2020/11/RELATARIO-SECRETARIA></p>	<p>O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, realizou um mapeamento das ações de órgãos educacionais, onde os profissionais desses órgãos responderam questionários. O mapeamento realizado possibilitou o desenvolvimento e orientações e identificar problemas ocasionados durante a pandemia do COVID-19.</p>	

<p>S-DE-EDUCAAA%CC%83_A%CC%83_O.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2021.</p>		
<p>Movimento Interfóruns de Educação Infantil. Carta às meninas e aos meninos EM TEMPOS DE COVID-19.</p> <p>Disponível em: <https://www.mieib.org.br/wp-content/uploads/2020/04/FMEI_carta_final.pdf>. Disponível em: 24 de abril de 2021.</p>	<p>O movimento elaborou um acarta, direcionada aos meninos e meninas, relatando, de maneira bastante didática, as questões e consequências da pandemia do covid-19, justificando o porquê, de uma hora para outra, deixaram de ir às instituições educacionais.</p>	
<p>Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Educação e Proteção - 70 recomendações para políticas emergenciais e cenário em 2021.</p> <p>Disponível em: <https://media.campanha.org.br/a-cervo/documentos/PautasPolitic as_Emergencia_Covid-19_GuiaDosGuias_FINAL_2020_02_03_2.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2021.</p>	<p>A Campanha Nacional pelo Direito à Educação mobilizou sua rede e esforços para divulgar conhecimento sobre a Covid-19 e seu impacto na educação e em outras áreas relacionadas, assim como para trazer recomendações às gestões e comunidade escolar para o enfrentamento emergencial com base em direitos. Foi assim que, desde março do ano passado, os Guias Covid-19 foram sendo lançados de acordo com a necessidade de pautar e qualificar o debate público e com as demandas que eram apresentadas. No total foram produzidos a muitas mãos, de maneira colaborativa, 9 guias, além de uma série de notas técnicas sobre políticas e proposições legislativas.</p>	
<p>Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Boletim direitos na pandemia - mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no brasil</p> <p>Disponível em: https://media.campanha.org.br/a-cervo/documentos/09boletimcov id_07.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2021.</p>	<p>Em dezembro de 2020, Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto com a Conectas Direitos Humanos, desenvolveu um documento intitulado “Boletim direitos na pandemia - mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no brasil”. O documento apresentou dados sobre o impacto da pandemia e o descaso que foi e tem sido tratado pelo governo. Igualmente, abordou sobre outras questões e situações que tem se intensificado durante a pandemia, questões sociais, violências e afins.</p>	
<p>Núcleo ciência pela infância. Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil [livro eletrônico] / Alicia Matijaevich Manitto... [et al.];</p>	<p>É um trabalho desenvolvido pelo Núcleo Ciência pela infância, onde aborda questões referente a pandemia e infância; apresentando dados importantes sobre o desenvolvimento infantil; apresenta dados referente a questão</p>	

<p>tradução de Melissa Harkin – São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020.</p> <p>Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Working-Paper-Repercussoes-da-pandemia-no-desenvolvimento-infantil-3.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2021.</p>	<p>econômica; o trabalho é voltado a realidade e vivência das crianças e fatores que tenham relações com elas e/ou suas famílias, educadores e gestores da educação.</p>	
<p>SANTOS, Solange Estanislau dos; SARAIVA, Marina Rebeca. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 22, p. 1177-1187, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78765. Acesso em: 25 de maio de 2021.</p>	<p>Trata-se do texto de apresentação de um dossiê temático da revista de zero a seis, onde demonstra o porquê e como surgiu a ideia de propor um dossiê nesta perspectiva de infâncias e pandemia.</p>	